



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

## **Informação nº 43/2020 – DIASP1/SEASP**

Brasília - DF, 20 de maio de 2020.

**Processo nº:** 00600-00000674/2020-98-e

**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

**Assunto:** Representação.

**Ementa:** Representação com pedido de liminar de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face da Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Conhecimento e diligência à SES/DF. **Decisão nº 1225/2020.** Nesta fase: Análise de mérito da Representação. Insuficiência das informações prestadas pela jurisdicionada. Pela necessidade de esclarecimentos em relação às questões suscitadas pela Representante e outras aventadas pelo Corpo Técnico.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Representação apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

2. Em suma, a Representante alega que a SES/DF teria descartado proposta financeira mais vantajosa apresentada por essa empresa, com o gravame de estar omitindo os motivos que ensejaram sua inabilitação, com possível afronta ao princípio do contraditório por não lhe ter sido oportunizado o direito de recorrer contra a decisão que lhe foi desfavorável.

3. Por meio da **Decisão nº 1225/2020<sup>1</sup>** a Corte de Contas assim decidiu:

*I – conhecer da representação manejada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, autuada nesta Corte sob o e-DOC nº. 6FB5F9F0; II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias: a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação; b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020; III – conceder o prazo de 5 (cinco) dias à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. para, caso queira, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos mencionados na representação;*

4. Foram encaminhadas comunicações formais à SES/DF, à Representante e à contratada, empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA.<sup>2</sup>, tendo a SES/DF disponibilizado o acesso ao Processo SEI nº 00600-00000845/2020-89<sup>3</sup> em 30.04.2020 e encaminhado manifestação em cumprimento à determinação supramencionada<sup>4</sup>.

5. A empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. apresentou seus esclarecimentos em 14/05/2020.<sup>5</sup> Em razão de o pedido de prorrogação de prazo aventado pela citada empresa não ter sido objeto de deliberação, opina-se pela prorrogação automática com fundamento no § 3º do art. 172, do RI/TCDF.

<sup>1</sup> e-DOC 583480A0-e, peça 8.

<sup>2</sup> e-DOC: FC2B85D9-c (peça 9); e-DOC 92A71A11-e (peça 10); e-DOC: FC9C9818-e (peça 11) - Documentos cadastrados no E-TCDF em 30.04.2020.

<sup>3</sup> Conforme o informado no e-DOC E9C7B0C6-e (peça 16) e e-DOC: 082C7D01-e (associado).

<sup>4</sup> e-DOC: 0F8C2097-c (peça 12); e-DOC: D6AA639A-c (peça 13); e-DOC: D3FA2484-c (peça 14); e-DOC: BDC1A68D-c (peça 15).

<sup>5</sup> Inicialmente a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. apresentou pedido de prorrogação de prazo para manifestação (e-DOC: 8B4BCF41-c, peça 17), encaminhada ao Exmº Sr. Relator (e-DOC: 2186700B-e, peça 18). O presente Processo foi restituído à SEASP em 14.05.2020 (e-DOC: B0BDA576-e, peça 20), após solicitação (e-DOC: 04D7483F-e, peça 19), tendo a citada empresa se manifestado em 14.05.2020 (e-DOC: 52DA224B-c, peça 21).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

## **I - MANIFESTAÇÃO DA SES/DF**

6. A jurisdicionada apresentou manifestação da Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde – SINFRA/SES-DF<sup>6</sup>, na qual consta um breve histórico e motivo da contratação, com destaque para a edição da Lei nº 13.979/2020, dispondo sobre medidas para o *“enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*, dentre as quais a flexibilização nas regras de aquisição e contratação de bens e de serviços destinados ao combate à crise decorrente da pandemia, e o Decreto nº 40.475/2020, que declarou situação de emergência na saúde pública no Distrito Federal.

2. Em relação às questões técnicas suscitadas na Representação<sup>7</sup>, a jurisdicionada ressaltou que a Lei nº 13.979/2020 estabeleceu em seu art. 4º a hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública.

3. E defendeu que a previsão legal consiste na criação de nova hipótese de dispensa de licitação além das previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Dentre as alterações promovidas pela nº 13.979/2020 e suas atualizações, alegou que o mencionado art. 4º elencou a possibilidade de flexibilização das contratações, permitindo, dentre outras, a apresentação de Termo de Referência ou Projeto Básico Simplificado:

### **Lei nº 13.979/2020**

[...]

**Art. 4º E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, *será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.***

**§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o *caput* conterá:**

- I - declaração do objeto;*
- II - fundamentação simplificada da contratação;*
- III - descrição resumida da solução apresentada;*
- IV - requisitos da contratação;*
- V - critérios de medição e pagamento;*
- VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:*
  - a) Portal de Compras do Governo Federal;*

<sup>6</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12.

<sup>7</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12, fls. 7-11 e 21-24.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

- b) pesquisa publicada em mídia especializada;*
  - c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;*
  - d) contratações similares de outros entes públicos; ou*
  - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e*
- VII - adequação orçamentária.*

*§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.*

*§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.” (NR) (grifou-se)*

4. Esclareceu que, no âmbito do Distrito Federal, o Decreto nº 40.475/2020 declarou a situação de emergência da saúde pública pelo período de 180 dias, razão pela qual a Procuradoria-Geral do DF opinou pela possibilidade jurídica das Contratações Diretas mediante dispensa de licitação.<sup>8</sup>

5. Por conseguinte, a jurisdicionada alega que ante a situação e diante da necessidade de contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para adequar a o Estádio Mané Garrincha para a implantação do Hospital de Campanha com 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), foi realizada a contratação em comento, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico.

6. Segue a jurisdicionada informando que a Representante, RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, foi inabilitada em razão da ausência de Atestados de Capacidade Técnica Operacional que comprovassem a execução de serviços em edificações hospitalares, nos termos do item 7.2.2 do Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, e citou trechos do parecer firmado nesse sentido:<sup>9</sup>

*RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI ME*

*TJDFT - 38359765, pág. 25.*

*Ministério da Defesa - 38361435, pág. 1.*

*BRB - 38361602, pág. 1.*

*Secretaria de Estado de Cultura - GDF - 38361602, pág. 11.*

***A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos***

<sup>8</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 185-216 (Parecer Referencial SEI-GDF nº 002/2020-PGDF/PGCONS).

<sup>9</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12, fls. 10 e 21-24.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

*autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação. Além disso, não consta nos autos as Certidões de Acervo Técnico para os atestados do TJDF e do BRB. PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.*

7. E argumentou que a avaliação das propostas obedeceu a critérios de aceitação previstos no mencionado Projeto Básico, que incluem a avaliação técnica e a oferta de menor preço pelo objeto a ser contratado.

8. Em relação à aventada omissão e negativa de publicidade declarada pela Representante, esclareceu que não recebeu qualquer recurso por parte da empresa quanto a sua inabilitação técnica.

9. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura da SES/DF citou ainda “*parecer análogo ao citado em que o Tribunal de Contas em seu Voto referente a Decisão nº 964/2020, relativa ao Processo nº 14.166/2019-e*”, no qual teria restado esclarecido que:<sup>10</sup>

*[...] No que se refere às duas outras questões suscitadas no feito, relativas à i) **pertinência de se requerer atestado de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com características administrativa ou hospitalar, a depender do lote; e ii) à existência ou não de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, que dê suporte à participação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019, concordo também com as conclusões expostas na instrução e no parecer ministerial. De fato, apesar da ausência de justificativas técnicas específicas, penso ser possível, neste caso concreto, admitir a exigência de comprovação de experiência na prestação de serviços em ambiente hospitalar lato sensu, não subsistindo, assim, a aventada irregularidade. Ademais, restou confirmada a ausência, no processo administrativo correspondente, de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP para fazer frente às condicionantes do Projeto Básico, o que indicaria a inabilitação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019[...].***

<sup>10</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12, fls. 15 e 25-27.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

10. Em complemento a SES/DF encaminhou os seguintes documentos:

- a) cópia de voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator no Processo 14.166/2019-e; da Decisão nº 964/2020 e do Parecer Técnico da Divisão de Engenharia e Arquitetura da SES/DF nesse processo, mencionada no § 10 dessa instrução;<sup>11</sup>
- b) cópia do Ofício nº 453/2020- SES/SUAG, referente à convocação de interessadas para participar da Dispensa de Licitação e do Projeto Básico relacionados à contratação em análise;<sup>12</sup>
- c) documentos apresentados pela Representante para fins de habilitação para a contratação.<sup>13</sup>

## **II – PROCESSO SEI Nº 00060-00129560/2020-83**

7. Após consulta ao processo supramencionado, disponibilizado ao Tribunal mediante acesso externo ao sistema SEI por e-mail, foram selecionadas as peças consideradas relevantes para a instrução processual, as quais foram consolidadas em um único documento associado aos autos do Processo em comento.<sup>14</sup>

## **III - MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA<sup>15</sup>**

8. A empresa selecionada na Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, defendeu a improcedência das questões suscitadas pela Representante, a qual não teria atendido às exigências do Ofício nº 453/2020 – SES/DF e do item 7.2.2 do respectivo Projeto Básico:

### ***Projeto Básico***

*Item 7.2.2. Atestado de Capacidade Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou*

<sup>11</sup> e-DOC: D6AA639A-c, peça 13.

<sup>12</sup> e-DOC: D3FA2484-c, peça 14.

<sup>13</sup> e-DOC: BDC1A68D-c, pela 15.

<sup>14</sup> Trata-se do e-DOC: 082C7D01-e (associado).

<sup>15</sup> e-DOC: 52DA224B-c, peça 21.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

*construção de edificações hospitalares compatível com as características. o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.*

9. Ademais, alegou que a Representante teria se limitado a encaminhar Atestados de Capacidade Técnica de serviços prestados ao TJDF, ao Ministério da Defesa e ao BRB – Banco de Brasília, que não tinham por objeto a manutenção predial ou a construção de edificação de hospital, em descompasso com a exigência fixada no citado Projeto Básico.
10. Da mesma forma, argumentou pela improcedência da alegação da Representante quanto ao encaminhamento de proposta mais vantajosa à Administração, posto que a expressão “proposta mais vantajosa” não se limitaria à apresentação do menor preço, devendo atender também às demais exigências previstas pelo Poder Público, referentes aos requisitos da contratação: qualificação técnica; habilitação jurídica; habilitação fiscal e trabalhista; qualificação econômico-financeira; critérios de aceitação e julgamento da proposta, e menor preço.
11. Em relação à alegação de falta de acesso à informação, a manifestante argumentou que incumbe à Administração Pública prestar os devidos esclarecimentos, todavia, que o sistema de comunicação adotado no certame em exame entre a Administração e os interessados se encontra explicitado no citado Ofício nº 453/2020 – SES/DF, que encaminhou o Projeto Básico a empresas para fins de apresentação de propostas.
12. Por fim, esclareceu que após o recebimento da Ordem de Serviços, iniciou a execução do objeto de que trata o ajuste firmado em razão da Dispensa de Licitação em análise, o **Contrato nº 67/2020 – SES/DF<sup>16</sup>**, sendo que devido ao prazo de execução de apenas 20 (vinte) dias, o objeto contratual já se encontrava executado, aguardando o recebimento definitivo por parte do contratante.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 231-236.

<sup>17</sup> e-DOC: 52DA224B-c, peça 21, fls. 14.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

#### **IV – ANÁLISE**

13. A par das alegações da SES/DF, da Representante e da empresa contratada e após análise dos autos do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83, verifica-se a necessidade de que a jurisdicionada esclareça questões suscitadas pela Representante, assim como outras decorrentes da insuficiência de informações quanto à regularidade da Dispensa de Licitação nº 452/2020 – SES/DF, que resultou no **Contrato nº 067/2020 - SES/DF**, com a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27.

*Exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações do tipo hospitalar*

14. O Processo de contratação inicia-se com o Documento de Oficialização da Demanda<sup>18</sup>, seguido de Documento Consolidador de Demanda<sup>19</sup> relativos à obra para adequação do Estádio Mané Garrincha para a implantação de leitos de UTI para atender à situação de emergência na saúde.

15. Em seguida, consta nos autos do processo SEI o Projeto Básico<sup>20</sup> acompanhado de Planilha Orçamentária com a descrição dos serviços, referência de preços, quantidades, custos unitários e total estimados.<sup>21</sup>

16. Em análise aos itens constantes da descrição do objeto da contratação, não foram identificados serviços com especificação que possam ser enquadrados a como hospitalares, porquanto os itens relacionados se referem, *a priori*, a **serviços comuns de engenharia**.

17. A título exemplificativo, foram relacionados os itens de maior relevância constantes na Planilha Orçamentária da SES/DF para o certame em comento, considerando-se, neste caso, aqueles que apresentam os maiores preços:

---

<sup>18</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 1-4.

<sup>19</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 16-19.

<sup>20</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 38-42.

<sup>21</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

**Tabela 1- Representatividade dos valores estimados para os itens de parcela de maior relevância para a Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF.<sup>22</sup>**

Itens do Projeto Básico	Descrição do item	Valores estimados	% do total estimado para a contratação
02.01	Serviço de retirada de placas e montantes de forro mineral incluindo transporte manual até caçambas de entulho e organização do material a ser transportado.	R\$ 1.229.461,19	20,23%
03.04	Fornecimento e instalação de divisória tipo naval E = 35mm Cor branca	R\$ 481.459,67	7,92%
04.01	Fornecimento e instalação de forro tipo fibra mineral	R\$ 1.190.076,59	19,58%
06.01	Instalações elétricas (materiais e serviços de fornecimento e instalação de quadros de distribuição – itens 06.01.08 e 06.01.09).	R\$ 1.212.259,98	19,95%
<b>Total dos itens relacionados</b>		R\$ 4.113.257,43	67,68%
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO</b>		R\$ 6.077.270,20	100,00%

Fonte: Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83 – SES/DF.

18. Impende destacar a impossibilidade de se avaliar, neste momento, a adequabilidade dos valores e quantitativos contratados, tendo em vista os itens mais relevantes serem resultado de composição de itens (mão-de-obra e materiais), para os quais não foram informadas as respectivas composições, tampouco terem sido anexados aos autos os projetos das instalações.

19. Nesta linha, constatou-se diferença significativa entre os valores propostos pela empresa contratada e outras quatro empresas que obtiveram parecer desfavorável à habilitação em razão de não terem cumprido o item 7.2.2 do Projeto Básico - *“Atestados (s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares”*<sup>23</sup>.

20. Na Tabela a seguir encontra-se a listagem das empresas desclassificadas em razão do mencionado item 7.2.2 do citado Projeto Básico, com os respectivos valores das propostas apresentadas e representatividade quanto ao valor estimado pela SES/DF (R\$ 6.077.270,20):

<sup>22</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.

<sup>23</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 179-184.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

**Tabela 2 - Propostas apresentadas na Dispensa de Licitação nº 453/2020.**

Empresas que apresentaram propostas	Valor Proposto	% de desconto	Posição
MACRO ENGENHARIA	R\$ 2.931.643,82	51,76%	1ª
RVA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS	R\$ 4.405.470,12	27,50%	2ª
COMBRASEN	R\$ 4.831.429,80	20,50%	3ª
ATIVOS ENGENHARIA	R\$ 4.904.581,80	19,30%	4ª
CONTARPP ENGENHARIA LTDA.	R\$ 5.092.313,27	16,21%	5ª

Fonte: Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83 – SES/DF, fls. 179-184.

21. Consoante as informações da Tabela acima, há indícios de que a exigência de qualificação técnica atrelada à realização de serviços de manutenção, reforma ou construção de edificações do tipo hospitalar, venha a caracterizar a prática de ato antieconômico, com prejuízo ao erário estimado em **R\$ 2.160.669,45** (dois milhões, cento e sessenta mil, seiscentos e sessenta e nove reais, quarenta e cinco centavos).<sup>24</sup>

22. Ademais, vislumbra-se o equívoco por parte da Diretoria de Engenharia e Arquitetura em relação à alegação da SES/DF de que no Voto condutor da Decisão nº 964/2020, nos autos do Processo nº 14.166/2019, o i. Relator teria aquiescido com a possibilidade de “*admitir a exigência de comprovação de experiência na prestação de serviços em ambiente hospitalar lato sensu*”,

23. Isso devido ao citado Processo n.º 14.166/2019 versar sobre contratação de serviços de manutenção predial a serem executados em instalações hospitalares em funcionamento, em conjunto com outras sem essa característica. Assim, apesar de não ter sido minudentemente esclarecida a pertinência da junção, em um único lote, desses dois tipos de edificações, o Relator, naquela oportunidade, entendeu aceitável a exigência prévia de expertise em ambiente hospitalar.

24. Diferentemente do mencionado precedente, no presente caso a contratação destina-se à adaptação de instalação predial ociosa no intuito de torná-la apta a receber pacientes em tratamento do COVID-19. Frise-se, que os indícios apontam que o objeto contratado se limitou a serviços comuns de engenharia, como a troca de forro de teto, adaptações da rede elétrica e instalações hidrossanitárias, dentre outros.

<sup>24</sup> Diferença do valor contratado em relação à proposta da Macro Engenharia.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

25. Assim, verifica-se a necessidade de esclarecimentos por parte da SES/DF quanto à necessidade de exigência de qualificação técnica em serviços característica hospitalar, considerando que a totalidade dos itens relacionados na planilha orçamentária do objeto da contratação se referem a serviços comuns de engenharia.

*Ausência de publicidade de informações relacionadas à desclassificação da Representante*

26. Inobstante a informação da SES/DF de que não recebeu qualquer recurso por parte da empresa Representante contra a sua inabilitação técnica, verificou-se que consta nos autos do Processo SEI da contratação em exame cópia de Requerimento Administrativo de preposto da Representante<sup>25</sup>, datado de 14.04.2020, com pedido de informações, abertura de prazo para apresentação de recurso e suspensão do certame, seguido de comunicações eletrônicas<sup>26</sup>, sendo que não foi identificada nos autos qualquer manifestação da SES/DF a respeito.

27. Assim, entende-se pela necessidade de que a SES/DF apresente esclarecimentos quanto à ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela Representante.

*Impropriedades na especificação dos itens relativos ao objeto da contratação*

28. Embora constem referências em cópias de comunicações eletrônicas expedidas a empresas interessadas na Dispensa de Licitação de **plantas e estudo leiaute**, denominados **03\_PISO -1 \_ ARQ-08PE-FLH-004-R06\_ 2 subsolo.dwg**, **01\_ PISO -2 \_ ARQ-08PE-FLH-002-R10\_ 3 subsolo.dwg** e **estudo leiaute - planta nível 01.dwg**<sup>27</sup>, tem-se que estes documentos não se encontram disponibilizados nos autos do respectivo processo SEI, o que inviabilizou a realização de análises quanto à adequação da metodologia e das justificativas utilizadas para a necessidade, a estimativa e a fixação dos quantitativos dos itens nos patamares indicados na Planilha Orçamentária<sup>28</sup>.

<sup>25</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 263-265.

<sup>26</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 266-267.

<sup>27</sup> E-mail enviado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, fls. 56 do e-DOC: 082C7D01-e (associado).

<sup>28</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

29. A título exemplificativo, convém mencionar que tanto no Documento de Oficialização da Demanda<sup>29</sup> quanto no Documento Consolidador de Demanda<sup>30</sup>, foi inicialmente fixado o quantitativo de 6.000m<sup>2</sup> para o item **02.01 – Serviço de retirada de forro mineral**, assim como para contratação do mesmo quantitativo no item **04.01 – Fornecimento e instalação de forro tipo fibra mineral**.

30. Todavia, na supramencionada Planilha Orçamentária, o item **02.01** (retirada do forro de teto existente) foi majorado para **8.705,3 m<sup>2</sup>** e o item **04.01** (colocação de novo forro de teto) reduzido para **4.325,65 m<sup>2</sup>**, não tendo sido identificadas justificativas para as alterações, tampouco para a necessidade do dimensionamento destes itens nesses expressivos quantitativos.

31. Ainda em relação aos itens relacionados na Planilha Orçamentária<sup>31</sup>, identificou-se que a estimativa de valores para diversos itens não decorre diretamente da Tabela SINAPI, ou de outros referenciais, mas de “composição de preços”, cuja metodologia de apuração não se encontra demonstrada nos autos.

32. Por conseguinte, necessária a apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada quanto à metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “**composição**”, devidamente acompanhada de documentação comprobatória.

33. Ademais, convém requisitar o encaminhamento em mídia digital ou outro meio eletrônico de **plantas e “estudo leiaute – planta nível 01.dwg”**, para fins de análise pelo corpo instrutivo.

*Documentação entregue pela CONTARPP ENGENHARIA LTDA em desacordo com o edital de chamamento.*

34. Constatou-se que a proposta apresentada pela empresa selecionada não se encontra acompanhada de Planilha Orçamentária com as

<sup>29</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 1-4.

<sup>30</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 16-20.

<sup>31</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e dos preços por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3. do Projeto Básico da Dispensa de Licitação em análise.<sup>32</sup>

35. Ademais, não consta nos autos qualquer encaminhamento por parte da jurisdicionada para suprir a irregularidade e providenciar a documentação supramencionada, necessária para a correta avaliação da viabilidade da proposta contratada, devendo a SES/DF diligenciar nesse sentido e disponibilizar o acesso desses documentos a esta Corte de Contas.

## **V - CONCLUSÃO**

36. Ante o exposto, conclui-se pela insuficiência dos esclarecimentos apresentados pela SES/DF e necessidade da apresentação de novos esclarecimentos, devidamente acompanhados de documentação comprobatória abarcando ainda as questões suscitadas na presente instrução, referentes à:

- a) exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de **edificações hospitalares**, considerando que a totalidade dos itens do objeto da contratação se referem, *a priori*, a serviços comuns de engenharia;
- b) ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela Representante solicitando informações quanto à sua desclassificação no certame, abertura de prazo para recurso e suspensão do processo licitatório;
- c) metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “**composição**”, devidamente acompanhada de documentação comprobatória;
- d) proposta da contratada desacompanhada de Planilha Orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos

---

<sup>32</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 29-41 e 73.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3. do Projeto Básico da Dispensa de Licitação em comento.

37. Ademais, convém requisitar o encaminhamento em mídia digital ou outro meio eletrônico dos documentos relativos a plantas e projetos, à exemplo dos denominados: **03\_PISO -1 \_ ARQ-08PE-FLH-004-R06\_ 2 subsolo.dwg**, **01\_ PISO -2 \_ ARQ-08PE-FLH-002-R10\_ 3 subsolo.dwg** e **estudo leiaute - planta nível 01.dwg** elaborados para a definição do objeto da Dispensa de Licitação nº 453/2020, que resultou no Contrato nº 067/2020;

38. Por fim, conveniente ressaltar que consta no respectivo Processo SEI que o Contrato nº 067/2020 – SES/DF<sup>33</sup>, decorrente da Dispensa de Licitação 453/2020 – SES/DF, foi assinado eletronicamente em 09.04.2020, com a fixação do prazo de 20 (vinte) para a execução dos serviços, e de até 30 (trinta) para o pagamento após a entrada das Notas Fiscais/Faturas atestadas. E que consta nos autos do referido processo o Relatório de Vistoria para Termo de Ocupação (recebimento parcial do serviço objeto em referência), realizada em 13.05.2020.<sup>34</sup>

## **VI - PROPOSIÇÕES**

39. Ante o exposto, sugere-se ao Egrégio Plenário:

- I. conhecer da documentação constante nos e-DOCs: [FC2B85D9-c](#) (peça 9); [92A71A11-e](#) (peça 10); [FC9C9818-e](#) (peça 11); [0F8C2097-c](#) (peça 12); [D6AA639A-c](#) (peça 13); [D3FA2484-c](#) (peça 14); [BDC1A68D-c](#) (peça 15); [E9C7B0C6-e](#) (peça 16); [8B4BCF41-c](#) (peça 17); [2186700B-e](#) (peça 18); [04D7483F-e](#) (peça 19); [52DA224B-c](#) (peça 21) e e-DOC: [082C7D01-e](#) (associado);
- II. considerar parcialmente cumprido pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF o item II da Decisão 1225/2020<sup>35</sup>;

<sup>33</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls.231 -236

<sup>34</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 291-294)

<sup>35</sup> E-DOC: 583480A0-e, peça 8.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

III. determinar que a SES/DF:

a) apresente novos esclarecimentos no prazo de 05 (cinco) dias, devidamente acompanhados de documentação comprobatória sobre as questões suscitadas na presente instrução, referentes à Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, que resultou no Contrato nº 067/2020-SES/DF, quanto à:

- i. exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que a totalidade dos itens do objeto da contratação se referem, *a priori*, a serviços comuns de engenharia;
- ii. ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela Representante solicitando informações quanto à sua desclassificação no certame, abertura de prazo para recurso e suspensão do processo licitatório;
- iii. metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “composição”, devidamente acompanhada de documentação comprobatória;
- iv. ausência na proposta apresentada pela empresa contratada de Planilha Orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3. do respectivo Projeto Básico;

b) encaminhe ou disponibilize no prazo de 5(cinco) dias em mídia digital ou outro meio eletrônico de **plantas e “estudo leiaute – planta nível 01.dwg”**, mencionados no § 37 da presente instrução;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

IV. autorizar:

- a) o encaminhamento de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser prolatada à SES/DF;
- b) a ciência da decisão que vier a ser proferida à empresa Contarpp Engenharia, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush;
- c) retorno dos autos à SEASP para as providências pertinentes.

À superior consideração.

**Assinatura Eletrônica**  
**Luciana Rocha de Melo Alvim**  
Auditora de Controle Externo

De acordo.  
À elevada consideração do senhor Secretário.  
Em 21 de maio de 2020.

**Assinatura Eletrônica**  
**José Vitor Akegawa Pierre**  
Diretor – DIASP 1